



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO**

Processo nº: **0012221-10.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
 Requerente: **Roberta de Estefani- desacompanhado(a) de advogado.**  
 Requerido: **CNova Comércio Eletrônico S/A (extra.com) - Representado(a) pelo preposto(a) Sr(a). Aneliza de Chico Machado CPF nº 213.918.098-40 - acompanhado da advogada Dra. Daniela Cristina Altertini Correia OAB SP nº 227.282.**

Aos 05 de abril de 2017, às 17:11h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) **Conciliador(a)**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados. Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos. O(a) requerido(a) pagará ao requerente, por conta de todo o débito, o valor de **R\$3.233,05**, sendo R\$1.433,05 a título de danos materiais e R\$1.800,00 a título de danos morais, em **parcela única a ser depositada em conta corrente da requerente no prazo de 30 dias úteis**. O pagamento será efetuado diretamente na conta corrente do autor, **Banco do Brasil - Agência 6509-9 C/C 464.432-8, CPF nº 393.251.348-70**, tel 992445479. Requer a requerida que em caso de divergência dos dados bancários, fique autorizado, em 72 horas contados da impossibilidade de pagamento, o depósito em conta judicial. Requer ainda a dispensa de juntada de comprovante de pagamento do acordo. O não pagamento de uma das parcelas, implicará no vencimento antecipado das demais além de multa de 10% sobre o saldo remanescente da dívida.

Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: *"Vistos. Defiro os pedidos supra. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III "b" do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias do prazo previsto para o pagamento da última parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". E.T. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.* Eu, Julieta Shayeb Rissato, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

**MM Juiz:**

Requerente(s):

Requerido(s):(Preposto):

Adv. Requeridos(s):

**Conciliadora Dra. Izamara:**

DOCUMENTO TAMBÉM ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA